



Ricardo Medeiros

Reação

O Fórum Reage Espírito Santo, que se reuniu ontem, pretende ampliar as discussões sobre a intervenção e debater quais as medidas que serão tomadas diante das ameaças a conselheiros da OAB

Conselheiros da OAB voltam a receber ameaças

Telefonemas anônimos foram feitos ontem a membros da seção capixaba

ANDRÉIA LOPES E
LUCIANA LIMA

Um dia depois de o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, anunciar o arquivamento do pedido de intervenção federal no Espírito Santo - fato que resultou no

receber ameaças de morte.

As ameaças, por telefone, ocorreram por volta das 15h e foram comunicadas à Polícia Federal. A advogada Gladys Bitran, vice-presidente da OAB no exercício da presidência, afirmou que as ameaças têm acontecido "o tempo todo", inclusive ontem.

"Há uma pessoa que liga para cá mandando a OAB parar de se meter onde não é chamada. Isso é prova de que o que dissemos no pedido de intervenção é verdade. A OAB não pensa em se calar e mantém suas posições", afirmou.

Vários políticos e representantes da sociedade civil organizada debateram quais medidas serão tomadas para fazer frente a essa situação.

As tentativas de intimidação foram comunicadas ao presidente da OAB nacional, Rubens Approbato na tarde de ontem, logo depois que elas foram feitas. "Quero saber quem é que vai cuidar deles. Quem vai assumir a responsabilidade de proteger a vida dessas pessoas. E, caso alguma coisa aconteça, alguma ameaça se concretize, quem vai ser responsabiliza-

zado nos Poderes capixabas. Dois fatos ocorridos em março deste ano funcionaram como estopim para que o pedido fosse feito. Um deles foi o assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai e o outro, ameaças de morte feitas ao presidente da OAB capixaba, Agesandro da Costa Pereira. As ameaças não foram feitas apenas por telefone, mas também através de cartas.

Approbato informou que vai pedir providências ao novo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro. "Assim que ele assumir efetivamente o cargo vou conversar com ele", disse.

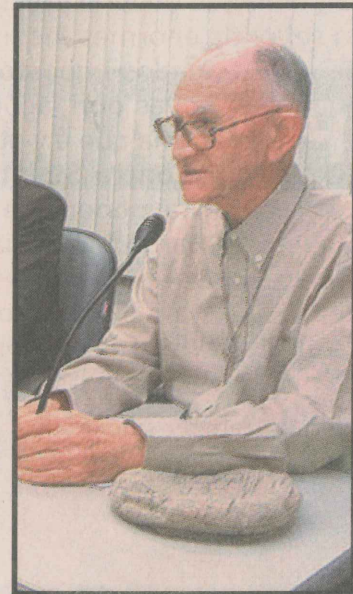
Dom Silvestre teme que medida venha a incrementar o crime

O arcebispo de Vitória, Dom Silvestre Scandian, esteve ontem na reunião do Fórum Reage Espírito Santo e não poupou críticas à decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Dizendo-se "decepcionado", Dom Silvestre disse que, com a interrupção do processo de intervenção, o Espírito Santo fica diante da possibilidade de "incremento do crime e da corrupção".

"Isso nos preocupa e nos decepciona. Mas Deus não exige de nós a vitória. Deus exige o combate. A batalha tem que continuar sempre, mesmo que não consigamos a vitória imediata. Tenho certeza de que o povo dará uma resposta à altura a tudo que está acontecendo nas eleições", afirmou.

O pastor Norberto Berger, que preside o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) no Espírito Santo, também avaliou de forma negativa a medida de Brindeiro.

"Ele não agiu como um jurista, mas de forma tendenciosa. O arquivamento é inaceitá-



Ricardo Medeiros

Dom Silvestre: 'Isso nos preocupa e decepciona'

vel, inacreditável. Não vamos aceitar isso. Não vamos nos sentir acuados. O procurador-geral da República nos prometeu ajuda na reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e agora nos deixa na mão", reclamou.

REPERCUSSÃO NA CAMPANHA



Orlando Brito/ObritoNews

pedido de demissão do ministro da Justiça Miguel Reale Júnior -, conselheiros e diretores da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) voltaram a

Fórum

As novas ameaças de morte foram amplamente debatidas ontem durante a reunião do Fórum Reage Espírito San-

do?”, indagou Approbato em entrevista para a Rádio CBN.

O pedido de intervenção federal no Espírito Santo foi feito pela OAB, devido às suspeitas de infiltração do crime organi-

Segundo o presidente da OAB nacional, as ameaças foram feitas através de ligações telefônicas para o escritório da OAB do Espírito Santo e também para a casa de vários conselheiros.

Fórum quer levar debate sobre a intervenção à ONU

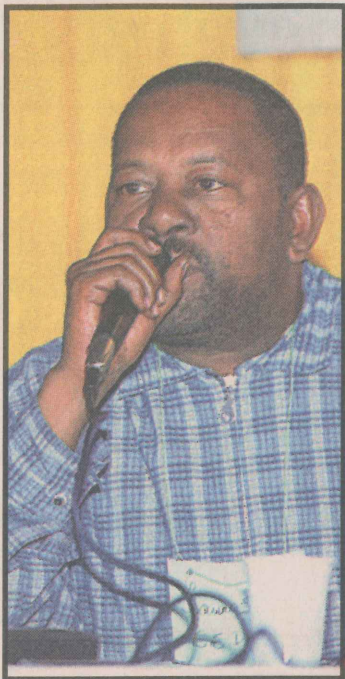
Representantes do Fórum Reage Espírito Santo e políticos capixabas se reuniram ontem na sede da OAB-ES para protestar contra a decisão de arquivamento do pedido de intervenção federal. Integrantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos, entidade ligada ao Ministério da Justiça, decidiram abrir mão de seus cargos em solidariedade ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, que pediu demissão.

O Fórum Reage Espírito Santo, por sua vez, pretende ampliar as discussões sobre a intervenção federal e levar as denúncias que foram encaminhadas ao Ministério da Justiça para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e para a Anistia Internacional.

Uma outra possibilidade que está sendo estudada é a formulação de um pedido de reconsideração que deverá ser enviado ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Eles decidiram, ainda, realizar uma manifestação amanhã, a partir das 15 horas, em frente ao prédio da Procuradoria da República do Espírito Santo, no Centro de Vitória.

“Nós queremos que essa situação que está acontecendo no Espírito Santo chegue ao conhecimento da ONU. O problema é que as instâncias nacionais já se esgotaram”, reclamou Isaias Santana, um dos membros do Fórum Reage Espírito Santo e que integra o Conselho Estadual de Direitos Humanos, que foi dissolvido.



Marcos Fernandez

Isaias pretende fazer chegar à ONU o quadro crítico do ES

Dirigente da Ordem cobra independência

A vice-presidente da OAB-ES, no exercício da presidência, Gladys Bitran, criticou ontem a decisão do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Segundo a advogada, Brindeiro teria que ter agido com “independência” e “coerência”. Gladys disse ainda que ficou “perplexa, surpresa e frustrada” com a decisão do procurador.

“Mas a OAB está unida e mantém firme a sua posição. Não há dúvida de que a intervenção moral aconteceu no Estado. Uma das soluções apontadas agora é a força-tarefa, que já vem tarde. Mas se a força-tarefa chegar ao Espírito Santo agora ainda pode ajudar a melhorar o Estado. Se a alternativa que nos foi dada é essa, que venha a força-tarefa que a OAB estará à disposição”, disse.

De acordo com a vice-presidente, “a indignação da OAB é a mesma da sociedade”. “A população deve cobrar respostas do presidente da República, que praticamente deu uma ordem ao Brindeiro. Deve ser cobrada, também, a agilização da força-tarefa. Nós também cobraremos esse resultado do Governo federal. A OAB não se vê enfraquecida. Pelo contrário, ela está fortalecida”, afirmou.

Gladys Bitran disse que a OAB capixaba recebeu várias mensagens de solidariedade de diversas entidades durante todo o dia. O presidente da entidade, Agesandro da Costa Pereira, que está de férias, também manteve contato com Gladys. A OAB-ES se solidarizou com a postura do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, que pediu demissão do cargo.

Rita defende intervenção e critica FH

A candidata a vice-presidente na chapa tucana de José Serra e deputada Rita Camata, disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso se precipitou ao se posicionar contrário à intervenção federal no Estado, antes da análise do pedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Para Rita, que estava ontem em campanha no Mato Grosso do Sul, o presidente só deveria se posicionar depois que o Supremo enviasse o processo para a Presidência. A candidata se diz favorável à intervenção. “O presidente deveria se manifestar depois do Supremo, não antes. Ele deveria obedecer o procedimento constitucional”, disse Rita. Serra também afirmou que o Governo precisa ser mais eficaz no combate ao crime organizado e ao tráfico de armas e drogas. “Nesta área, estamos na era paleolítica”, atacou.

Luiz Paulo tenta evitar desgaste para Serra

O arquivamento do processo de intervenção federal no Espírito Santo repercutiu muito mal para o Governo e pode respingar de forma negativa sobre a campanha do candidato do PSDB a presidente, José Serra. “Espero que a população entenda que o Serra não pode ser responsável pelos atos de todos os que o apóiam”, diz, preocupado, o prefeito de Vitória e coordenador da assessoria técnica da campanha tucana, Luiz Paulo Vellozo Lucas.

Ele não sabe quem aconselhou o presidente a tomar esta atitude, mas não tem dúvida: “Foram maus conselheiros.”

Assim como a vice de Serra, deputada Rita Camata (PMDB-ES), o prefeito condena o arquivamento, quando o Conselho dos Direitos da Pessoa Humana havia recomendado o envio do processo ao Supremo Tribunal Federal.

Certo de que Serra será questionado sobre o assunto, quando visitar seu Estado, Luiz Paulo antecipa a defesa. “O Governo errou com o Espírito Santo e não tenho dúvidas de que a repercussão disso é péssima. Mas acho injusto cobrar do Serra todos os equívocos do Governo.” Serra argumentou não conhecer bem o caso que vem acompanhando apenas pelos jornais, embora seja amigo do ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, que é seu suplente no Senado. (AE)

Para relator, arquivamento é inexplicável

Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e um dos relatores do parecer pela intervenção no Espírito Santo, Belisário dos Santos Júnior estranhou a atitude do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro de arquivar o pedido feito pela OAB. “Acho inexplicável o fato de o procurador, na quinta-feira ter um posicionamento favorável à intervenção e na segunda pedir o arquivamento. E preciso pensar o porquê dessa mudança”, avaliou.

Belisário condenou a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) de opinar sobre a decisão. “Essa troca de idéias entre o Ministério Público e o presidente não está prevista na Constituição Federal”.

Humberto Espínola, outro membro do CDDPH, também considerou “estranha” a decisão de Brindeiro. Ele disse que os conselheiros deverão se reunir, extraordinariamente, nos próximos dias para avaliar o arquivamento. Há a possibilidade de os conselheiros renunciarem coletivamente aos cargos.

“Estou na expectativa de que o presidente da República tome uma medida e que constitua uma força-tarefa de qualidade no Espírito Santo. Assim pelo menos a população teria uma satisfação”, disse Espínola.

Anistia critica recuo do Governo

A Anistia Internacional classificou como “político e eleitoreiro” o recuo do Governo brasileiro diante da decisão de intervir no Espírito Santo. Em nota oficial divulgada ontem, o escritório central da entidade, em Londres, faz críticas ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Anistia alega que nos últimos oito anos, as promessas do Governo para os direitos humanos têm sido minadas por “acordos políticos reservados”. A entidade se solidariza com a renúncia do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e reclama que três dias antes de fazer esta crítica, expressou publicamente seu apoio à re-

comendação histórica de intervenção feita pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).

“À luz dos fatos, a Anistia Internacional está particularmente convencida de que a decisão do procurador-geral da República parece ter sido diretamente influenciada por considerações políticas e eleitorais, depois de um encontro entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o doutor (Geraldo) Brindeiro na segunda-feira, especialmente pelo fato de que aparentemente nenhum argumento jurídico para a decisão tenha vindo a público”, afirma o porta-voz da Anistia em Londres, Tim Cahill.

De acordo com a entidade, a força-tarefa proposta pelo presidente, em substituição à intervenção, não seria confiável. Sem citar nomes dos políticos supostamente envolvidos, a Anistia argumenta que os diversos casos documentados sobre o crime organizado no Espírito Santo podem ser comprometidos, já que as autoridades estariam no foco das investigações.

“Uma vez mais as autoridades do país permitiram que uma importante oportunidade de combater os abusos aos direitos humanos, o crime organizado, a corrupção e a impunidade seja suplantada por expedientes políticos”, declarou a Anistia Internacional na nota. (AE)